

**ATA DA 8ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TURISMO DO PÓLO TURÍSTICO DO  
VALE DO JEQUITINHONHA**

**INÍCIO:** 09:30 Horas

**TÉRMINO:** 18:30 Horas.

**DATA:** 20/05/2004

**LOCAL:** Pousada do Garimpo – Diamantina – MG

**JOSAFÁ (BNB)** – deu início à reunião apresentando-se e chamando os conselheiros presentes para verificar o quorum mínimo regulamentar para a reunião. Estavam presentes 22 membros conselheiros, a saber: Banco do Nordeste, Banco do Brasil, IPHAN, Secretaria de Estado de Turismo, EMATER, IEF, IDENE, DER, COPASA, IEPHA, Prefeitura Municipal de Diamantina, AMEJE, Prefeitura Municipal de Serro, Associação Cultural e Comunitária de Milho Verde, FÊNIX-Instituto de Pesquisa, Educação e Assessoria, FAFEID, UFMG, Associação Comercial e Industrial de Diamantina, SEBRAE, CMDRS de Angelândia, Associação Comercial e Industrial de Araçuaí e ASSINART-Associação Independente de Artesãos de Diamantina. Passou a palavra para o Coordenador.

**PAULO ARAÚJO (SETUR)** – iniciou justificando que a ausência do Secretário de Turismo, Deputado Federal Herculano Anghinetti, deve-se a sua viagem oficial para a China em companhia do Governador Aécio Neves, ambos integrantes da comitiva do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ressaltando a sua determinação de que o Programa saia da fase de planejamento, dando início o mais breve possível a sua execução. Em seguida se apresentou como coordenador da UEE e do Conselho do Pólo de Turismo, por parte da Secretaria de Estado de Turismo, conforme o Regulamento do Conselho de Turismo. Fez um histórico do processo do PRODETUR no Estado, passando pelas reuniões já ocorridas na região. Falou dos 3 pólos: Vale do Jequitinhonha, Caminhos do Norte e Vale Mineiro do São Francisco. Relembrou que em dezembro de 2002 foi instituído o Conselho de Turismo do Vale Jequitinhonha, que aprovou o PDITS naquela época, mas que o mesmo não foi aprovado pelo BNB por não estar de acordo com os Termos de Referência, e que o Conselho, ainda que não estivesse formalmente constituído por não ter sido registrado em cartório, estava sendo reconhecido pela Coordenação, haja vista o fato de que todos os conselheiros empossados em dezembro/2002 foram convidados para participarem desta reunião. Continuando, informou que em março/2003 a Fundação João Pinheiro foi contratada para elaborar o novo PDITS, consoante com orientações emanadas pelo MTUR/BNB/BID e de acordo com os novos Termos de Referência, para uma nova área de planejamento, tendo apresentado em dezembro/2003 um pré-estudo para o PDITS. Se antes havia apenas o BNB, BID e o Governo do Estado, a partir de sua criação, em 2003, o MTur passou a integrar o grupo de agentes/atores inseridos no contexto do Programa, disponibilizando um consultor para nos ajudar a planejar e construir o processo, com vistas à obtenção de algo efetivamente executável. Várias reuniões foram realizadas entre a SETUR, FJP, BNB e MTUR, ficando consensado e, também, revalidado na Missão de Arranque realizada no período de 03/maio a 07/maio do corrente ano nas dependências do BNB em Fortaleza, que qualquer que seja o Pólo, o seu Conselho seja representativo da área de planejamento. Em seguida, mostrou a situação atual, ressaltando o volume de recursos para o Programa em Minas Gerais, que nesta primeira etapa é de **R\$ 104 milhões de reais**, incluindo-se

aqui as contrapartidas do Estado e Governo Federal, em face de restrição da capacidade de endividamento do Estado, consoante com a Lei 12.836 de 21/05/1998, que limitou esses recursos em R\$62.364 mil para o PRODETUR/NE – II/MG. Tendo em vista a limitação de recursos e as exigências das variáveis de Planejamento do Programa (atrativos/produtos/mercado/sustentabilidade), priorizou-se, nesta 1ª etapa, o Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, com uma nova área de planejamento que contempla 9 municípios, quais sejam: Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Itamarandiba, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto, Serro e Turmalina, (por outro lado, as demandas dos outros municípios poderão ser atendidas por programas do Estado executados através da COPASA, CEMIG, DER, etc.). Informou, também, que houve uma flexibilização por parte do BIB/BNB quanto a algumas cláusulas contratuais como, por exemplo, a possibilidade de, paralelamente à análise pelo Grupo de Trabalho (composto por técnicos do MTUR e BNB), iniciar a execução de projetos elegíveis e contemplados no PDITS, desde que não superem a 30% do valor estipulado para o Programa, e buscar, através da Secretaria de Estado da Fazenda, autorização junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN para contratação do sub-empréstimo. Era necessário reunir o Conselho de Turismo e submeter essa nova realidade. Iniciou-se a discussão sobre a permanência dos membros conselheiros em dezembro/2002, tendo em vista os seguintes aspectos: a definição de nova área de planejamento, um conselheiro representando duas entidades (Prefeitura de Araçuaí e AMEJE), a impossibilidade de se contatar entidades (Grupo Cultural Santos Reis de Almenara e Associação Comercial e Industrial de Coronel Murta) e manifestação, mediante fax de 18/05/2004, da Associação Comercial de Almenara – ACOMAL, deixando a critério da Coordenação do PRODETUR a sua substituição em face da impossibilidade de comparecimento em decorrência da distância e da precariedade de acesso aos locais das reuniões. Em face disso foi sugerido e aprovado por todos, o envio de correspondência para todas as entidades membros dos segmentos do terceiro setor, setor privado e poder público municipal, para que se manifestem por escrito acerca do desejo de (Continuar) como membro do Conselho de Turismo e indicação dos seus respectivos representantes (titular e suplente).

**PEDRO ÂNGELO (FAFEID)** – também não sou político. Em dezembro de 2002 membros da comunidade foram convocados e foi constituído um conselho, eu acho que tem que ser respeitado e consultado inclusive na elaboração do plano. Acho um absurdo que aquela reunião não tenha ata. Sugiro revalidar o conselho.

**PAULO ARAÚJO (SETUR)** – a ata daquela reunião existe e ainda que ela não tenha sido registrada em cartório, estamos submetendo ao Conselho e respeitando as suas decisões. Este Conselho validou um plano que não foi aprovado pelo BNB. A FJP está elaborando o novo PDITS, cujo diagnóstico da área de planejamento estamos apresentando para conhecimento dos Conselheiros.

**JOSAFÁ (BNB)** – explicou melhor a não aprovação do PDITS pelo BNB em março/2003.

**PEDRO ÂNGELO (FAFEID)** – questionou: e se o Conselho não aprovar o novo PDITS?

**PAULO ARAÚJO (SETUR)** – infelizmente, Minas não terá acesso ao PRODETUR, coisa que jamais gostaríamos que viesse a acontecer. Falou também da possibilidade de, com o ajuste fiscal em implantação pelo Governo Aécio Neves, o Estado de Minas Gerais ter o seu limite de endividamento elevado.

**JOÃO ALBERTO (VICE-PREFEITO de ANGELÂNDIA)** – perguntou quais são os 9 municípios da nova área de planejamento.

**PAULO ARAÚJO (SETUR)** – citou os municípios: Diamantina, Serro, São Gonçalo do Rio Preto, Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos, Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina.

**ALLAOUA (UFMG)** – dificuldade de comunicação (deu a impressão de que se estava induzindo o pessoal a sair do Conselho); deve-se legitimar o Conselho para que o processo possa ser analisado por ele.

**JOSAFÁ (BNB)** – explicou o não registro em cartório do conselho empossado em dezembro/2002.

**JUSCELINO (ACID)** – observou que o Conselho existe sim, a colocação que não depende do Conselho é a limitação de recursos; é um processo e agora são R\$104 milhões, e na priorização deste recurso, em sendo um processo, o Conselho não está impedido de participar.

**JOÃO ALBERTO (VICE-PREFEITO de ANGELÂNDIA)** – foi eleito um Conselho representativo de todo o Jequitinhonha que elegeu um leque de prioridades. Se estas não atendem ao Regulamento, deveriam escolher as prioridades dentro do leque. O Conselho foi podado. Sendo assim, um representante de uma ONG de longe terá condições de participar. Falou, também, que na sua opinião houve discriminação com alguns municípios e questionou os critérios da nova área.

**PAULO ARAÚJO (SETUR)** – falou que o Programa tem que sair da fase de planejamento para a de execução e que neste momento não é o caso de se falar em ações/obras que serão elegíveis pelo PDITS. A retomada do processo do Programa passa pela recomposição/reativação do Conselho.

**ALLAOUA (UFMG)** – 3 pontos de vista: o Conselho não pode ser revisto para apenas 9 municípios, quanto maior a representatividade melhor; o PDITS anterior tinha tudo para não ser aprovado, pois foi um grande engano e este Conselho precisa avaliar o que está sendo feito, com uma visão de integração da região.

**MARIA HELENA (FÊNIX)** – quando de 30 passou para 13 municípios houve concordância; já quando passou de 13 para 9 municípios o Conselho não foi ouvido; os 30 municípios deveriam concordar com a nova área de planejamento que contempla 9 municípios. O Vale do Jequitinhonha abrange 52 municípios e se 30 estão no Conselho devem permanecer representando o Vale.

**JOSAFÁ (BNB)** – falou das seguintes alternativas que estão sendo propostas: manter o Conselho como está ou reformulá-lo.

**DANTE (CAPELINHA)** – falou da possível falta de operacionalidade do Conselho da forma como está, pois entidades que estão localizadas fora da área de planejamento com 9 municípios não terão interesse em participar das decisões do Conselho.

**GUSTAVO (PREFEITO de DIAMANTINA)** – na convocação está explícito que o conselheiro bem como a entidade que ele representa poderia ser substituído no caso do seu não comparecimento a esta reunião. Quem não veio é por que não tem interesse.

**JOSAFÁ (BNB)** – a Secretaria Executiva do Conselho, representada pelo BNB, mandará correspondência para as Entidades do Poder Público Municipal, Terceiro Setor e Setor Privado, solicitando o manifesto acerca do interesse em (Continua)r. Cada segmento deverá escolher os substitutos, se for o caso.

**FJP** – apresentou o Diagnóstico da Área de Planejamento.

**ARAÇUAÍ** – o Secretário de Turismo de Araçuaí falou que concorda com a nova área de planejamento, mas o levantamento não abrangeu os 30 municípios. Criticou a ação do BNB com relação ao artesanato. Sugeriu avaliar outras cidades.

**ALLAOUA (UFMG)** – registrou que o problema está na decisão anterior à elaboração; ressaltou o trabalho da FJP; o BNB não definiu políticas e estratégias. Fez algumas considerações sobre o diagnóstico.

**PAULO ARAÚJO (SETUR)** – mais uma vez explicitou as principais características do Programa e do contrato de empréstimo nº 1392 – OC – BR entre o BID e o BNB.

**JOSAFÁ (BNB)** – fez a apresentação da Missão de Arranque, evento que aconteceu no período de 03/05/2004 a 07/05/2004 nas dependências do BNB em Fortaleza/CE.

**PEDRO ÂNGELO (FAFEID)** – colocou como benéfico o efeito econômico do PRODETUR na região tanto para o Alto como para o Médio Jequitinhonha. No entanto, se preocupa quando se fala em turismo, pois, na sua opinião, trata-se de uma atividade concentradora de renda, dando exemplos de regiões turísticas do mundo. Falou da necessidade de envolver a população local no Programa mediante treinamento e oportunidade de emprego.

**PAULO ARAÚJO (SETUR)** – encerrou a reunião enfatizando a difícil missão de se retomar e colocar em prática Programa de tamanha envergadura e complexidade. Agradeceu a participação de todos os presentes e, em nome do Secretário de Turismo, Deputado Federal Herculano Anghinetti, externou a compreensão e colaboração de todos para a retomada do PRODETUR em Minas Gerais.